

**DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.2016**

1. Informar o lucro líquido do exercício
R\$1.444.025.489,29 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e quatro milhões, vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos)
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados
Inexistente.
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído
Inexistente.
4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores
Inexistente.
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
 - a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
Inexistente.
 - b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
Inexistente.
 - c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
Inexistente.
 - d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento
Inexistente.
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores
 - a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
Inexistente.
 - b. Informar a data dos respectivos pagamentos
Inexistente.
7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:
 - a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores
O lucro líquido apurado do exercício de 2016 totalizou R\$1.444.025.489,29 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e quatro milhões, vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos). Não foram apurados lucros líquidos nos exercícios sociais encerrados em 2015 e 2014.
 - b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores
Inexistente.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal
Inexistente.
- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal
Inexistente.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
Inexistente.
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
Inexistente.
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
Inexistente.
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
Inexistente.
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe
Inexistente.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto
Apurado o lucro líquido do exercício, dele far-se-á o destaque de 5% (cinco por cento) para a constituição ou aumento da reserva legal de que trata o Art. 193, da Lei n° 6.404/1976, até que seu montante atinja 20% (vinte por cento) do capital social (Art. 43, caput, Estatuto Social vigente). O lucro remanescente será assim distribuído: 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício será destinado para pagamento de dividendos aos acionistas (Art. 45, inciso I, Estatuto Social vigente); e o saldo remanescente terá o destino que a Assembleia Geral determinar, consubstanciado em proposta da Diretoria, consultados o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal (Art. 45, inciso II, Estatuto Social vigente). Os dividendos atribuídos às ações serão colocados à disposição dos acionistas dentro de 60 (sessenta) dias, contados da realização da Assembleia Geral responsável pela declaração dos dividendos (Art. 45, § 1º, Estatuto Social vigente). Quando a situação financeira não permitir o pagamento dos dividendos nos prazos previstos no parágrafo primeiro, Art. 45, Estatuto Social vigente, a Diretoria fixará novos prazos, comunicando-os aos interessados, depois de consultado o Conselho de Administração (Art. 45, § 2º, Estatuto Social vigente). Os dividendos previstos no Art. 45, do Estatuto Social vigente, não serão obrigatórios no exercício social em que a Diretoria, dando prévio conhecimento ao Conselho de Administração, informar à Assembleia Geral ser o desembolso incompatível com a situação financeira da Sociedade, caso em que o Conselho Fiscal emitirá parecer sobre a informação (Art. 45, § 3º, Estatuto Social vigente). Os dividendos que deixarem de ser distribuídos nos termos do parágrafo terceiro, Art. 45, do Estatuto Social vigente, serão

registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos assim que a situação financeira da Sociedade permitir (Art. 45, § 4º, Estatuto Social vigente). Reverterão à Sociedade os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados do dia fixado para o pagamento (Art. 45, § 5º, Estatuto Social vigente).

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente
Inexistente.
- c. Informar o montante eventualmente retido
Inexistente.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção
Inexistente.
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
Inexistente.
- c. Justificar a retenção dos dividendos
Inexistente.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
Inexistente.
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
Inexistente.
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
Inexistente.
- d. Justificar a constituição da reserva
Inexistente.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
Inexistente.
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
Inexistente.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
Inexistente.
- b. Identificar o montante destinado à reserva
Inexistente.
- c. Descrever como o montante foi calculado
Inexistente.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção
Inexistente.
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital
Inexistente.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva
Inexistente.
- b. Explicar a natureza da destinação
Inexistente.

17. Havendo destinação de resultado para a absorção de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da Lei nº 6.404/1976

- a. Informar o montante destinado à absorção de prejuízos acumulados
R\$1.444.025.489,29 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e quatro milhões, vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos), referente à totalidade do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31.12.2016

ANEXO 24*Conteúdo do Formulário de Referência*

10. Comentários dos diretores	
10.1. Comentários dos diretores sobre:	
a. condições financeiras e patrimoniais gerais	
<u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016</u> <p>Destaca-se, como fato relevante neste exercício social, o leilão da totalidade das ações de propriedade da Companhia Celg de Participações - Celgpar ("Celgpar") na Celg Distribuição S.A. – Celg D ("Celg D"), ocorrido em 30 de novembro de 2016, tendo a sua liquidação financeira ocorrido em 14 de fevereiro de 2017, em função da inclusão desta anterior Coligada da Celgpar no Programa Nacional de Desestatização – PND, em maio de 2015.</p> <p>Em relação à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, observou-se o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar, onde a mesma obteve um lucro líquido do exercício da ordem de R\$ 242.484 mil, tendo apresentado resultado operacional e financeiro positivos ao final do exercício social. Esta situação se fundamenta no processo de recomposição de sua Receita Anual Permitida com base em investimentos corporativos e investimentos em sociedades de propósitos específicos, bem como no reconhecimento da receita advinda da indenização dos ativos de transmissão da RBSE/RPC.</p>	
<u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015</u> <p>Destaca-se, como fato relevante neste exercício social, a liquidação financeira do processo de troca de controle acionário da Coligada Celg D com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, ocorrida em janeiro de 2015 e, por determinação da União, a inclusão desta Coligada no Programa Nacional de Desestatização – PND, ocorrido em maio de 2015.</p> <p>Em relação à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, observou-se o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar, onde a mesma obteve um lucro líquido do exercício da ordem de R\$ 16.234 mil, tendo apresentado resultado operacional negativo e resultado financeiro positivo ao final do exercício social. Esta situação se fundamenta no processo de recomposição de sua Receita Anual Permitida com base em investimentos corporativos e investimentos em sociedades de propósitos específicos.</p> <p>Já em relação à Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D, o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar se deu pela captura do reflexo da equivalência patrimonial aplicada sobre prejuízo do exercício à razão de R\$ 499.713 mil.</p>	
<u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014</u>	

A Diretoria da Companhia continuou, ao longo do exercício de 2014, promovendo ações estratégicas e financeiras, visando o equilíbrio econômico, financeiro e operacional, e a geração de fluxos de caixa, tanto sob a perspectiva de suas operações, quando da perspectiva das operações de sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, e de sua Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D. Destaca-se, como fato relevante neste exercício social, a captação de recursos de longo prazo pela Companhia, na ordem de R\$ 1,9 bilhão, para a capitalização, saneamento de obrigações entre partes relacionadas e operação de mútuo com a sua

Celg D, como parte das negociações efetuadas com a Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras e Estado de Goiás, vinculadas ao processo de alienação de 51% das ações ordinárias desta Coligada.

Em relação à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, observou-se o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar, onde a mesma obteve um prejuízo líquido do exercício da ordem de R\$ 2.498 mil, tendo apresentado resultado operacional negativo e resultado financeiro positivo ao final do exercício social.

Já em relação à Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D, o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar se deu pela captura do prejuízo do exercício à razão de R\$ 569.539 mil.

Por fim, enumera-se que a Administração da Celgpar, com relação às concessões de Geração e Transmissão, permanece atuando no sentido de manter as condições de equilíbrio econômico-financeiro destas atividades, especificamente na realização de novos investimentos que garantam o crescimento da Receita Anual Permitida – RAP e Receita das Atividades de Geração - RAG. Observação semelhante se faz em relação à concessão de distribuição, onde a Administração da Celgpar, conjuntamente à Administração alocada na Coligada Celg D pela Eletrobras – sua atual Controladora, também acompanhou e monitora os desdobramentos relacionados à estrutura do setor elétrico, permanecendo no aguardo da prorrogação da Concessão de Distribuição de Energia Elétrica.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:**EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016**

No exercício de 2016, o componente circulante de peso em relação ao endividamento da Celgpar se refere à provisão para pagamento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido de 2016, no total de R\$ 292.761 mil. Os componentes não circulantes de peso em relação ao endividamento da Celgpar se referem aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital já promovidos pelo Estado de Goiás, que totalizaram R\$ 1.422.416 mil, e ao montante da assunção de dívida feita pelo Estado de Goiás junto à Caixa Econômica Federal, referente a operação de empréstimo do ano de 2014, que totalizou R\$ 2.157.785 mil.

Total dos capitais de terceiros consolidado: R\$4.024.506 mil

Total dos capitais próprios consolidado: -R\$1.900.626 mil (passivo a descoberto)

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015

Verifica-se que o endividamento da Coligada Celg D tornou a ter peso relevante em relação ao endividamento da Celgpar, representado especificamente pela rubrica de "Provisão para Desvalorização de Participação Societária" que, ao final do exercício social de 2015 totalizou R\$ 466.100 mil, determinada pela sua situação de Passivo a Descoberto. No exercício de 2015, os componentes não circulantes de peso em relação ao endividamento da Celgpar se referem aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital já promovidos pelo Estado de Goiás, que totalizaram R\$ 1.422.416 mil, e ao Empréstimo contraído em 2014 que foi capitalizado e injetado na Coligada Celg D, que totalizou R\$ 2.073.892 mil.

Total dos capitais de terceiros consolidado: R\$3.990.584 mil

Total dos capitais próprios consolidado: -R\$3.347.557 mil (passivo a descoberto)

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014

Verifica-se que no contexto operacional da holding Celgpar, o endividamento da Coligada Celg D era o que representava o maior peso em relação ao endividamento total constante do balanço consolidado, representado especificamente pela rubrica de “Provisão para Desvalorização de Participação Societária” que, ao final do exercício social de 2013 totalizava R\$ 1.029.792 mil, determinada pela sua situação de Passivo a Descoberto. No exercício de 2014, observa-se a mutação na estrutura de capital consolidada da Celgpar, pelos seguintes motivos: a) reconfiguração da situação de passivo a descoberto da Coligada Celg D, mediante a sua capitalização pela Celgpar e, por sua vez, fechamento do exercício na situação de Patrimônio Líquido Positivo; e b) reestruturação de suas obrigações, mediante a captação de recursos de longo prazo junto a instituição financeira, capitalizados e injetados na Celg D, com três anos de carência e prazo de amortização em 10 anos gerando, portanto, a permutação de um montante considerável de suas obrigações do Passivo Circulante para o Passivo Não Circulante.

Total dos capitais de terceiros consolidado: R\$3.392.161 mil

Total dos capitais próprios consolidado: -R\$2.727.272 mil (passivo a descoberto)

hipóteses de resgate

Não aplicável aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2016, 31.12.2015 e 31.12.2014.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de empréstimos e financiamentos Consolidado da Companhia totalizava R\$ 8.339 mil, sendo R\$ 3.481 mil referente a obrigações de curto prazo e R\$ 4.858 mil referente a obrigações de longo prazo. Tal montante foi 99,60% inferior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2015, em função da assunção de dívida efetuada pelo controlador da Celgpar – Estado de Goiás (“Estado”).

A Dívida Líquida (excluindo-se as obrigações estimadas, provisões e adiantamentos para futuro aumentam de capital), em dezembro de 2016, totalizou R\$ 2.592.911 mil e o EBTIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações – correspondente à geração operacional de caixa) atingiu o valor consolidado positivo de R\$ 347.429 mil, o que resultou em uma relação Dívida Líquida/EBTIDA de aproximadamente 7,46 vezes (em valores absolutos), posição bem mais confortável, quando comparada ao exercício de 2015, em relação à capacidade de pagamento.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de empréstimos e financiamentos Consolidado da Companhia totalizava R\$ 2.085.265 mil, sendo R\$ 3.341 mil referente a obrigações de curto prazo e R\$ 2.081.624 mil referente a obrigações de longo prazo. Tal montante foi 7.15% superior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2014.

A Dívida Líquida (excluindo-se as obrigações estimadas, provisões e adiantamentos para futuro aumentam de capital), em dezembro de 2015, totalizou R\$ 2.563.925 mil e o EBTIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações – correspondente à geração operacional de caixa) atingiu o valor negativo de R\$ 7.790 mil, o que resultou em uma relação Dívida Líquida/EBTIDA de aproximadamente 329,13 vezes (em valores absolutos), posição não confortável em relação à capacidade de pagamento. Apesar disto, observa-se que o principal item desta dívida diz respeito ao empréstimo de longo prazo, captado em 2014 sob condições de três anos de carência e prazo de amortização em 10 anos, com garantia da União e contra garantia do Estado de Goiás.

No que concerne aos itens de dívida junto a Instituições Financeiras, o saldo consolidado totalizou R\$ 2.085.265 mil e a relação Dívida junto a Instituições Financeiras/EBTIDA foi de aproximadamente 267,68 vezes (em valores absolutos), posição esta não confortável em relação à capacidade de pagamento, porém vinculada, em sua maioria, ao empréstimo de longo prazo.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de empréstimos e financiamentos Consolidado da Companhia totalizava R\$ 1.946.047 mil, sendo R\$ 3.324 mil referente a obrigações de curto prazo e R\$ 1.942.723 mil referente a obrigações de longo prazo. Tal montante foi 11.126,76% superior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2013, principalmente pelo fato de ter ocorrido a captação, pela Celgpar, do montante de R\$ 1.900.000 mil em setembro de 2014, fruto das negociações da troca de controle acionário da sua Coligada Celg D.

A Dívida Líquida (excluindo-se as obrigações estimadas, provisões e adiantamentos para futuro aumento de capital), em dezembro de 2014, totalizou R\$ 1.966.584 mil e o EBTIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações – correspondente à geração operacional de caixa) atingiu o valor negativo de R\$ 2.568 mil, o que resultou em uma relação Dívida Líquida/EBTIDA de aproximadamente 765,80 vezes (em valores absolutos), posição não confortável em relação à capacidade de pagamento. Apesar disto, observa-se que o principal item desta dívida diz respeito ao empréstimo de longo prazo, captado sob condições de três anos de carência e prazo de amortização em 10 anos, com garantia da União e contra garantia do Estado de Goiás.

No que concerne aos itens de dívida junto a Instituições Financeiras, o saldo consolidado totalizou R\$ 1.946.047 mil e a relação Dívida junto a Instituições Financeiras/EBTIDA foi de aproximadamente 757,81 vezes (em valores absolutos), posição esta não confortável em relação à capacidade de pagamento, porém vinculada, em sua maioria, ao empréstimo de longo prazo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas; e

EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2016, 2015 E 2014

As principais fontes de financiamento para capital de giro, refletidos nos números consolidados do exercício de 2016, concentraram-se em gerações de caixa das atividades operacionais, mediante o recebimento de Clientes da Controlada Celg GT e das atividades de investimento, especificamente no tocante à manutenção de recursos em caixa para fazer frente às operações, decorrente do recebimento da Indenização do Ativo Financeiro da Transmissão pela Controlada Celg GT.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016, 2015 E 2014

A Companhia captará recursos por meio de contratos financeiros com instituições de grande e médio porte, quando necessário, os quais serão empregados no financiamento das necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção das disponibilidades de caixa em nível que acredita apropriado para o desempenho de suas atividades. Do ponto de vista operacional a Companhia buscará estratégias para cobertura de deficiências de liquidez mediante o fluxo futuro de dividendos de sua Controlada Celg GT (“Celg GT”), bem como através da instrumentalização de Contrato de AFAC remunerado com a Celg GT, formalizado ao final do exercício social de 2016.

- | | |
|---|--|
| <p>f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação entre as dívidas; iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.</p> | |
|---|--|

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado nas respectivas datas:

PASSIVO	CONSOLIDADO			31/12/2015 REAPRESENTADO
	31/12/2016	AV%	AH%	
CIRCULANTE				
Fornecedores	6.209	0,15%	261,62%	1.717
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.254	0,03%	15,36%	1.087
Tributos e Contribuições Sociais	295.310	7,34%	12617,92%	2.322
Empréstimos e Financiamentos	3.481	0,09%	4,19%	3.341
Obrigações Estimadas	2.829	0,07%	24,24%	2.277
Encargos Setoriais	2.170	0,05%	-29,68%	3.086
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	-	0,00%	-100,00%	466.100
Outros Credores	463	0,01%	-80,26%	2.345
	311.716	7,75%	-35,37%	482.275
NÃO CIRCULANTE				
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.422.416	35,34%	0,00%	1.422.416
Empréstimos e Financiamentos (a)	4.858	0,12%	-99,77%	2.081.924
Encargos Setoriais	2.316	0,06%	22,73%	1.887
Transações com Partes Relacionadas	2.157.875	53,62%	100,00%	-
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	653	0,02%	100,00%	485
Provisões para Contingências	5.697	0,14%	284,67%	1.481
Outros Credores	118.975	2,96%	290082,93%	41
	3.712.790	92,25%	5,83%	3.508.234
	4.024.506	100,00%	0,85%	3.990.509

Com relação às obrigações circulantes, a maior concentração se refere à Provisão para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido de 2016, no montante de R\$292.761 mil.

Com relação às obrigações não circulantes, observa-se que a maior concentração se refere ao montante da assunção de dívida efetuada pelo Estado, em relação à operação pregressa com a Caixa Econômica Federal, no total de R\$2.157.875 mil; e aos Empréstimos e Financiamentos e aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, totalizando R\$ 1.422.416 mil, correspondentes aos seguintes itens:

- R\$16.585 mil em datas distintas desde 30.06.2009, que objetivaram ofertar a continuidade operacional da Celgpar. Deste total, R\$470 mil ocorreram no exercício social de 2015, objetivando preservar o fluxo de caixa da Celgpar neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;
- R\$100.000 mil, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGP PAR e aportado posteriormente na Celg D, objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- R\$1.270.111 mil, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGP PAR e aportado posteriormente na Celg D, objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- R\$35.720 mil, em 30 de setembro de 2014, ingressante na Celgpar e aportado posteriormente na Celg D.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes	Não aplicável.
ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras	Não aplicável.
iii. grau de subordinação entre as dívidas	Não aplicável.
iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário	Não aplicável.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado nas respectivas datas:

PASSIVO	CONSOLIDADO			
	31/12/2015	AV%	AH%	31/12/2014
	RECLASSIFICADO			
CIRCULANTE				
Fornecedores	1.717	0,04%	396,24%	346
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.087	0,03%	52,88%	711
Tributos e Contribuições Sociais	2.177	0,05%	-17,97%	2.654
Empréstimos e Financiamentos	3.341	0,08%	0,51%	3.324
Obrigações Estimadas	2.277	0,06%	59,45%	1.428
Encargos Setoriais	4.973	0,12%	158,47%	1.924
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	466.100	11,68%	100,00%	-
Outros Credores	2.345	0,06%	-76,77%	10.095
	484.017	12,13%	2263,13%	20.482
NÃO CIRCULANTE				
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.422.416	35,64%	0,03%	1.421.946
Empréstimos e Financiamentos (a)	2.081.924	52,17%	7,17%	1.942.723
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	485	0,01%	100,00%	-
Provisões para Contingências	1.481	0,04%	-17,03%	1.785
Outros Credores	261	0,01%	-95,00%	5.225
	3.506.567	87,87%	4,00%	3.371.679
	3.990.584	100,00%	17,64%	3.392.161

Com relação às obrigações circulantes, a maior concentração se refere à Provisão para Desvalorização da Participação Societária na Coligada Celg D.

Com relação às obrigações não circulantes, observa-se que a maior concentração se refere aos Empréstimos e Financiamentos e aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, totalizando R\$ 1.422.416 mil, correspondentes aos seguintes itens:

- e) R\$16.585 mil em datas distintas desde 30.06.2009, que objetivaram ofertar a continuidade operacional da Celgpar. Deste total, R\$470 mil ocorreram no exercício social de 2015, objetivando preservar o fluxo de caixa da Celgpar neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;
- f) R\$100.000 mil, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGP PAR e aportado posteriormente na Coligada Celg D, objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- g) R\$1.270.111 mil, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGP PAR e aportado posteriormente na Coligada Celg D, objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- h) R\$35.720 mil, em 30 de setembro de 2014, ingressante na Celgpar e aportado posteriormente na Coligada Celg D.

v. contratos de empréstimo e financiamento relevantes	Mútuo efetuado com a Caixa Econômica Federal em setembro de 2014, no valor de R\$1,9 bilhão, carência de 3 anos e amortização em 10 anos, corrigidos à razão de 6,5% a.a. Estes recursos, conforme plano de usos contratual foi utilizado na capitalização da Coligada Celg D.
vi. outras relações de longo prazo com instituições financeiras	Não aplicável.
vii. grau de subordinação entre as dívidas	Não aplicável.
viii. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de	O Mútuo efetuado com a Caixa Econômica Federal em setembro de 2014, descrito no item "i" acima apresenta garantia da União e contragarantia do Estado de Goiás, com cláusulas específicas que restringem a alienação, por parte do emissor, de ativos, de controle societário e qualquer reestruturação societária, sem a prévia anuência da Caixa Econômica Federal e da própria União. Os contratos de garantia e contragarantia também possuem cláusulas que vinculam a distribuição de dividendos por parte do emissor, de sua Controlada e

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado nas respectivas datas:

	CONSOLIDADO			
	31/12/2014	AV%	AH%	31/12/2013
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	346	0,01%	-76,38%	1.465
Folha de Pagamento	1.939	0,06%	16,39%	1.666
Tributos e Contribuições Sociais	5.286	0,16%	9,31%	4.836
Empréstimos e Financiamentos	3.324	0,10%	-5,14%	3.504
Obrigações Estimadas	1.846	0,05%	12,42%	1.642
Taxas Regulamentares	1.924	0,06%	24,21%	1.549
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	-	0,00%	-100,00%	1.029.792
Transações com Partes Relacionadas	21	0,00%	-99,96%	47.525
Outros	8.846	0,26%	354,34%	1.947
	23.532	0,69%	-97,85%	1.093.926
NÃO CIRCULANTE				
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.421.946	41,92%	2,73%	1.384.111
Empréstimos e Financiamentos	1.942.723	57,27%	13947,17%	13.830
Tributos e Contribuições Sociais	-	0,00%	-100,00%	2.134
Transações com Partes Relacionadas	-	0,00%	-100,00%	61.555
Provisões para Contingências	1.785	0,05%	195,04%	605
Outros	2.175	0,06%	-45,09%	3.961
	3.368.629	99,31%	129,75%	1.466.196
	3.392.161	100,00%	32,50%	2.560.122

Com relação às obrigações não circulantes, observa-se que a maior concentração se refere aos Empréstimos e Financiamentos e aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, totalizando R\$ 1.421.946 mil, correspondentes aos seguintes itens:

- i) R\$16.115 mil em datas distintas desde 30.06.2009, que objetivaram ofertar a continuidade operacional da Celgpar. Deste total, R\$2.115 mil ocorreram no exercício social de 2014, objetivando preservar o fluxo de caixa da Celgpar neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;
- j) R\$100.000 mil, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGP PAR e aportado posteriormente na Coligada Celg D, objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- k) R\$1.270.111 mil, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGP PAR e aportado posteriormente na Coligada Celg D, objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- l) R\$35.720 mil, em 30 de setembro de 2014, ingressante na Celgpar e aportado posteriormente na Coligada Celg D.

ix. contratos de empréstimo e financiamento relevantes	Mútuo efetuado com a Caixa Econômica Federal em setembro de 2014, no valor de R\$1,9 bilhão, carência de 3 anos e amortização em 10 anos, corrigidos à razão de 6,5% a.a. Estes recursos, conforme plano de usos contratual foi utilizado na capitalização da Coligada Celg D.
x. outras relações de longo prazo com instituições financeiras	Não aplicável.
xi. grau de subordinação entre as dívidas	Não aplicável.
xii. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário	O Mútuo efetuado com a Caixa Econômica Federal em setembro de 2014, descrito no item "i" acima apresenta garantia da União e contragarantia do Estado de Goiás, com cláusulas específicas que restringem a alienação, por parte do emissor, de ativos, de controle societário e qualquer reestruturação societária, sem a prévia anuência da Caixa Econômica Federal e da própria União. Os contratos de garantia e contragarantia também possuem cláusulas que vinculam a distribuição de dividendos por parte do emissor, de sua Controlada e de sua Coligada, ao respectivo pagamento, em primeiro momento, do montante contraído no empréstimo.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados	
<u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016</u>	
Os financiamentos contratados já foram totalmente desembolsados nos exercícios sociais encerrados em 31.12.2016, 31.12.2015 e 31.12.2014.	
h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras	

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016
COMPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015.
Principais Alterações nas Contas de Resultado:

	CONTROLADORA								
	2016	AH%	AV%	2015	AH%	AV%	2014	AH%	AV%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Custos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Despesas Operacionais	(2.659)	31,24%	-0,18%	(2.026)	17,93%	0,33%	(1.718)	100,00%	0,28%
Receitas Financeiras	8.679	13,35%	0,60%	7.657	371,20%	-1,24%	1.625	100,00%	0,265%
Despesas Financeiras	(83.895)	-40,93%	-5,81%	(142.033)	116,99%	22,98%	(65.457)	100,00%	10,677%
Resultado Financeiro	(75.216)	-44,03%	-5,21%	(134.376)	110,52%	21,74%	(63.832)	100,00%	10,412%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	349.963	2055,74%	24,24%	16.234	-749,88%	-2,63%	(2.498)	100,00%	-0,41%
RESULTADO OPERACIONAL	272.088	126,42%	18,84%	(120.168)	76,59%	19,44%	(68.048)	100,00%	11,10%
OUTRAS RECEITAS	1.464.699	8506,92%	101,43%	1.720	-93,00%	-0,28%	24.564	100,00%	-4,01%
OUTRAS DESPESAS	-	-100,00%	0,00%	(499.716)	100,00%	80,84%	(569.539)	100,00%	92,90%
OUTROS RESULTADOS	1.464.699	194,12%	101,43%	(497.996)	-8,62%	80,56%	(544.975)	100,00%	88,90%
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSLL E IMPOSTO DE RENDA	1.736.787	180,96%	120,27%	(618.164)	0,84%	100,00%	(613.023)	100,00%	100,00%
Imposto de Renda	(215.264)	100,00%	-14,91%	-	-100,00%	0,00%	(20)	100,00%	0,003%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(77.497)	100,00%	-5,37%	-	-100,00%	0,00%	(9)	100,00%	0,001%
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.444.026	133,60%	100,00%	(618.164)	0,83%	100,00%	(613.052)	100,00%	100,00%
LUCRO/PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	44,06	133,60%		(18,86)	0,83%		(18,71)	100,00%	

	CONSOLIDADO								
	2016	AH%	AV%	2014	AH%	AV%	2014	AH%	AV%
Receita Operacional	465.754	576,95%	-	68.802	15,81%	-	59.408	100,00%	-
(-)Deduções à Receita Operacional	(24.149)	32,16%	-	(18.273)	113,37%	-	(8.564)	100,00%	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	441.605	773,96%	100,00%	50.529	-0,62%	100,00%	50.844	100,00%	100,00%
(-)Custos	(64.000)	62,41%	-14,49%	(39.407)	-1,85%	-77,99%	(40.148)	100,00%	-78,96%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	377.605	3295,12%	85,51%	11.122	3,98%	22,01%	10.696	100,00%	21,04%
(-)Despesas Operacionais	(32.280)	45,41%	-7,31%	(22.199)	27,30%	-43,93%	(17.438)	100,00%	-34,30%
Receitas Financeiras	20.967	-41,66%	4,75%	35.940	105,71%	71,13%	17.471	100,00%	34,36%
Despesas Financeiras	(85.807)	-40,33%	-19,43%	(143.807)	83,68%	-284,60%	(78.293)	100,00%	-153,99%
Resultado Financeiro	(64.840)	-39,89%	-14,68%	(107.867)	77,35%	-213,48%	(60.822)	100,00%	-119,62%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	118.784	263864,44%	26,90%	45	-96,62%	0,09%	1.331	100,00%	2,62%
RESULTADO OPERACIONAL	399.269	235,81%	90,41%	(118.899)	79,52%	-235,31%	(66.233)	100,00%	-130,27%
OUTRAS RECEITAS	1.464.699	78604,94%	331,68%	1.861	-92,66%	3,68%	25.345	100,00%	49,85%
OUTRAS DESPESAS	(8.124)	-98,37%	-1,84%	(499.713)	100,00%	-988,96%	(569.539)	100,00%	-1120,17%
OUTROS RESULTADOS	1.456.575	192,57%	329,84%	(497.852)	8,52%	-985,28%	(544.194)	100,00%	-1070,32%
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSLL E IMP.DE RENDA	1.855.844	200,91%	420,25%	(616.751)	-1,04%	-1220,59%	(610.427)	100,00%	-1200,59%
Imposto de Renda	(302.781)	29182,50%	-68,56%	(1.034)	-46,31%	-2,05%	(1.926)	100,00%	-3,79%
Contribuição Social s/Lucro Líquido	(109.037)	28669,66%	-24,69%	(379)	-45,78%	-0,75%	(699)	100,00%	-1,37%
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.444.026	133,60%	326,99%	(618.164)	-0,83%	-1223,38%	(613.052)	100,00%	-1205,75%
LUCRO/PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	44,06	133,60%		(18,86)	-0,83%		(18,71)	100,00%	
EBITDA	347.429	4359,94%		(7.790)	137,79%		(3.276)	100,00%	

As principais alterações ocorridas nas contas do resultado consolidado se referem a:

- Aumento na receita operacional, recomposição da RAP da Concessão de Transmissão e indenização dos ativos de transmissão da RBSE/RPC;

- Aumento do lucro operacional bruto;

- Aumento das despesas operacionais;

- Diminuição do resultado financeiro negativo;

- Aumento significativo de outras receitas, decorrente do ganho de capital reconhecido na alienação da participação societária na Celg D.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais:

	CONTROLADORA								
	2016	AH%	AV%	2015	AH%	AV%	2014	AH%	AV%
	REAPRESENTADO								
ATIVO									
Circulante	1.167.315	68243,97%	59,16%	1.708	-97,13%	0,28%	59.554	100,00%	9,45%
Não Circulante	805.944	30,30%	40,84%	618.543	8,43%	99,72%	570.446	100,00%	90,55%
Realizável a Longo Prazo	127.920	-44,36%	6,48%	229.898	100,00%	37,07%	222.355	0,00%	35,29%
Investimentos	678.020	74,46%	34,36%	388.639	11,65%	62,66%	348.080	100,00%	55,25%
Imobilizado	4	-33,33%	0,000%	6	-45,45%	0,00%	11	100,00%	0,0017%
TOTAL DO ATIVO	1.973.259	218,14%	100,00%	620.251	-1,55%	100,00%	630.000	100,00%	100,00%
PASSIVO									
Circulante	293.081	-37,37%	14,85%	467.941	26700,74%	75,44%	1.746	100,00%	0,28%
Não Circulante	3.580.804	2,40%	181,47%	3.496.793	4,21%	563,77%	3.355.526	100,00%	532,62%
Patrimônio Líquido	(1.900.626)	-43,17%	-96,32%	(3.344.483)	22,63%	-539,21%	(2.727.272)	100,00%	-432,90%
Capital Realizado	973.764	0,00%	49,35%	973.764	0,00%	157,00%	973.764	100,00%	154,57%
Prejuízos Acumulados	(2.862.669)	-33,53%	-145,07%	(4.306.695)	16,66%	-694,35%	(3.691.605)	100,00%	-585,97%
Outros Resultados Abrangentes	(11.721)	1,46%	-0,59%	(11.552)	100,00%	-1,86%	(9.431)	100,00%	-1,50%
TOTAL DO PASSIVO	1.973.259	218,14%	100,00%	620.251	-1,55%	100,00%	630.000	100,00%	100,00%
CONSOLIDADO									
	REAPRESENTADO								
ATIVO									
Circulante	1.284.606	521,09%	60,48%	206.831	-7,52%	32,02%	223.641	100,00%	33,64%
Não Circulante	839.274	91,09%	39,52%	439.195	-0,47%	67,98%	441.248	100,00%	66,36%
Realizável a Longo Prazo	692.269	114,10%	32,59%	323.345	6,78%	50,05%	302.823	100,00%	45,54%
Investimentos	135.225	28,06%	6,37%	105.596	0,81%	16,35%	104.752	100,00%	15,75%
Imobilizado	11.348	23,17%	0,53%	9.213	-72,01%	1,43%	32.917	100,00%	4,95%
Intangível	432	-58,50%	0,02%	1.041	37,70%	0,16%	756	100,00%	0,11%
TOTAL DO ATIVO	2.123.880	228,76%	100,00%	646.026	-2,84%	100,00%	664.889	100,00%	100,00%
PASSIVO									
Circulante	311.716	-35,37%	14,68%	482.275	2254,63%	74,65%	20.482	100,00%	3,08%
Não Circulante	3.712.790	5,83%	174,81%	3.508.234	4,05%	543,05%	3.371.679	100,00%	507,10%
Patrimônio Líquido	(1.900.626)	-43,17%	-89,49%	(3.344.483)	22,63%	-517,70%	(2.727.272)	100,00%	-410,18%
Capital Realizado	973.764	0,00%	45,85%	973.764	0,00%	150,73%	973.764	100,00%	146,46%
Prejuízos acumulados	(2.862.669)	-33,53%	-134,78%	(4.306.695)	16,66%	-666,64%	(3.691.605)	100,00%	-555,22%
Outros Resultados Abrangentes	(11.721)	1,46%	-0,55%	(11.552)	100,00%	-1,79%	(9.431)	100,00%	-1,42%
TOTAL DO PASSIVO	2.123.880	228,76%	100,00%	646.026	-2,84%	100,00%	664.889	100,00%	100,00%

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014
COMPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013.
Principais Alterações nas Contas de Resultado:

	CONTROLADORA								
	2014	AH%	AV%	2013	AH%	AV%	2012	AH%	AV%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Custos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Despesas Operacionais	(1.718)	31,75%	0,28%	(1.304)	-14,10%	-9,09%	(1.518)	100,00%	0,19%
Receitas Financeiras	1.625	11507,14%	-0,27%	14	75,00%	0,10%	8	100,00%	0,001%
Despesas Financeiras	(65.457)	272637,50%	10,68%	(24)	41,18%	-0,17%	(17)	100,00%	0,002%
Resultado Financeiro	(63.832)	638220,00%	10,41%	(10)	11,11%	-0,07%	(9)	100,00%	0,001%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.498)	-118,61%	0,41%	13.422	2167,23%	93,53%	592	100,00%	0,07%
RESULTADO OPERACIONAL	(68.048)	-662,01%	11,10%	12.108	1194,97%	84,38%	(935)	100,00%	0,12%
OUTRAS RECEITAS	24.564	929,94%	-4,01%	2.385	38,66%	16,62%	1.720	100,00%	-0,22%
OUTRAS DESPESAS	(569.539)	100,00%	92,90%	-	-100,00%	0,00%	(798.060)	100,00%	100,09%
OUTROS RESULTADOS	(544.975)	-22950,10%	88,90%	2.385	100,30%	16,62%	(796.340)	100,00%	99,88%
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSL E IMP.DE RENDA	(613.023)	-4329,79%	100,00%	14.493	101,82%	101,00%	(797.275)	100,00%	99,99%
Imposto de Renda	(20)	-80,00%	0,00%	(100)	222,58%	-0,70%	(31)	100,00%	0,004%
Contribuição Social s/Lucro Líquido	(9)	-79,07%	0,00%	(43)	138,89%	-0,30%	(18)	100,00%	0,002%
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(613.052)	-4372,14%	100,00%	14.350	101,80%	100,00%	(797.324)	100,00%	100,00%
PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	(18,71)			0,44			(24,33)		

	CONSOLIDADO								
	2014	AH%	AV%	2013	AH%	AV%	2012	AH%	AV%
Receita Operacional	60.268	-2,62%	-	61.892	-17,44%	-	74.964	100,00%	-
(-)Deduções à Receita Operacional	(8.185)	21,39%	-	(6.743)	-57,33%	-	(15.804)	100,00%	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	52.083	-5,56%	100,00%	55.149	-6,78%	100,00%	59.160	100,00%	100,00%
(-)Custos	(40.606)	-16,53%	-77,96%	(48.646)	16,40%	-88,21%	(41.792)	100,00%	-70,64%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	11.477	76,49%	22,04%	6.503	-62,56%	11,79%	17.368	100,00%	29,36%
(-)Despesas Operacionais	(17.511)	35,86%	-33,62%	(12.889)	17,51%	-23,37%	(10.968)	100,00%	-18,54%
Receitas Financeiras	17.486	3,42%	33,57%	16.907	415,30%	30,66%	3.281	100,00%	5,55%
Despesas Financeiras	(78.249)	332,63%	-150,24%	(18.087)	16,23%	-32,80%	(15.562)	100,00%	-26,30%
Resultado Financeiro	(60.763)	5049,41%	-116,67%	(1.180)	-90,39%	-2,14%	(12.281)	100,00%	-20,76%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	1.345	-66,49%	2,58%	4.014	-20,62%	7,28%	5.057	100,00%	8,55%
RESULTADO OPERACIONAL	(65.452)	1742,68%	-125,67%	(3.552)	331,07%	-6,44%	(824)	100,00%	-1,39%
OUTRAS RECEITAS	24.564	-10,34%	47,16%	27.398	1492,91%	49,68%	1.720	100,00%	2,91%
OUTRAS DESPESAS	(569.539)	100,00%	-1093,52%	-	-100,00%	0,00%	(798.060)	100,00%	-1348,99%
OUTROS RESULTADOS	(544.975)	-2089,11%	-1046,36%	27.398	103,44%	49,68%	(796.340)	100,00%	-1346,08%
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSL E IMP.DE RENDA	(610.427)	-2659,87%	-1172,03%	23.846	102,99%	43,24%	(797.164)	100,00%	-1347,47%
Imposto de Renda	(1.926)	-72,38%	-3,70%	(6.974)	6240,00%	-12,65%	(110)	100,00%	-0,19%
Contribuição Social s/Lucro Líquido	(699)	-72,28%	-1,34%	(2.522)	4944,00%	-4,57%	(50)	100,00%	-0,08%
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(613.052)	-4372,14%	-1177,07%	14.350	101,80%	26,02%	(797.324)	100,00%	-1347,74%
LUCRO/PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	(18,71)	-4372,14%		0,44	101,80%		(24,33)	100,00%	
EBITDA / LAJIDA	(2.568)	-11,72%		(2.909)	-112,46%		23.338	100,00%	

As principais alterações ocorridas nas contas do resultado consolidado se referem a:

- Aumento do lucro operacional bruto;
- Aumento das despesas operacionais;
- Aumento do resultado financeiro negativo;
- Aumento de outras despesas, caracterizadas pelo reflexo da provisão para desvalorização do investimento na Coligada Celg D, estabelecido pela adoção do método da equivalência patrimonial como critério de avaliação deste investimento.

CONTROLADORA

	2014	AH%	AV%	2013	AH%	AV%	2012	AH%	AV%
ATIVO									
Circulante	59.554	228953,85%	9,45%	26	-98,13%	0,01%	1.388	100,00%	0,46%
Não Circulante	570.446	80,90%	90,55%	315.342	4,45%	99,99%	301.921	100,00%	99,54%
Realizável a Longo Prazo	222.355	100,00%	35,29%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos	348.080	10,39%	55,25%	315.328	4,45%	99,99%	301.905	100,00%	99,54%
Imobilizado	11	-21,43%	0,002%	14	-12,50%	0,00%	16	100,00%	0,0053%
TOTAL DO ATIVO	630.000	99,77%	100,00%	315.368	3,98%	100,00%	303.309	100,00%	100,00%

PASSIVO

Circulante	1.746	-99,83%	0,28%	1.032.413	-0,05%	327,37%	1.032.974	100,00%	340,57%
Não Circulante	3.355.526	141,80%	532,62%	1.387.744	-0,12%	440,04%	1.389.474	100,00%	458,11%
Patrimônio Líquido	(2.727.272)	29,57%	-432,90%	(2.104.789)	-0,68%	-667,41%	(2.119.139)	100,00%	-698,67%
Capital Realizado	973.764	0,00%	154,57%	973.764	0,00%	308,77%	973.764	100,00%	321,05%
Prejuízos Acumulados	(3.691.605)	19,91%	-585,97%	(3.078.553)	-0,46%	-976,18%	(3.092.903)	100,00%	-1019,72%
Outros Resultados Abrangentes	(9.431)	100,00%	-1,50%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
TOTAL DO PASSIVO	630.000	99,77%	100,00%	315.368	3,98%	100,00%	303.309	100,00%	100,00%

CONSOLIDADO

	2014	AH%	AV%	2013	AH%	AV%	2012	AH%	AV%
REAPRESENTADO									
ATIVO									
Circulante	225.512	51,49%	33,92%	148.859	34,57%	32,69%	110.620	100,00%	26,35%
Não Circulante	439.377	43,37%	66,08%	306.474	-0,88%	67,31%	309.188	100,00%	73,65%
Realizável a Longo Prazo	300.952	41,06%	45,26%	213.346	-2,52%	46,85%	218.867	100,00%	52,14%
Investimentos	104.752	75,24%	15,75%	59.775	10,55%	13,13%	54.069	100,00%	12,88%
Imobilizado	32.917	0,87%	4,95%	32.633	-8,44%	7,17%	35.642	100,00%	8,49%
Intangível	756	5,00%	0,11%	720	18,03%	0,16%	610	100,00%	0,15%
TOTAL DO ATIVO	664.889	46,02%	100,00%	455.333	8,46%	100,00%	419.808	100,00%	100,00%

PASSIVO

Circulante	23.532	-97,85%	3,54%	1.093.926	1,30%	240,25%	1.079.877	100,00%	257,23%
Não Circulante	3.368.629	129,75%	506,65%	1.466.196	0,49%	322,01%	1.459.070	100,00%	347,56%
Patrimônio Líquido	(2.727.272)	29,57%	-410,18%	(2.104.789)	-0,68%	-462,25%	(2.119.139)	100,00%	-504,79%
Capital Realizado	973.764	0,00%	146,46%	973.764	0,00%	213,86%	973.764	100,00%	231,95%
Prejuízos acumulados	(3.691.605)	19,91%	-555,22%	(3.078.553)	-0,46%	-676,11%	(3.092.903)	100,00%	-736,74%
Outros Resultados Abrangentes	(9.431)	100,00%	-1,42%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
TOTAL DO PASSIVO	664.889	46,02%	100,00%	455.333	8,46%	100,00%	419.808	100,00%	100,00%

<p>10.2 Os diretores devem comentar:</p> <p>a. resultados das operações do emissor, em especial:</p>	
<p>i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita</p>	

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2016 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica, em fase de recomposição desde os efeitos oriundos da MP 579/2012. Além destas o principal componente se referente ao reconhecimento da receita da indenização dos ativos de transmissão da RBSE/RPC, efetuado pela Controlada Celg GT, decorrente de laudo de avaliação patrimonial destes ativos da concessão.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2015 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica, em fase de recomposição desde os efeitos oriundos da MP 579/2012.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2014 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica. Em 2014, as Outras Receitas se referem principalmente ao Ágio apurado na alienação de 51% das ações ordinárias da Coligada Celg D. Quanto ao Resultado Financeiro, se refere principalmente aos efeitos oriundos da Indenização dos Ativos de Transmissão alocados após 31.05.2000 na Controlada Celg GT, objeto dos reflexos da MP 579/2012.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013 e 2012

Efetuamos a reapresentação da Demonstração do Resultado do Exercício de 2011, comparativamente ao Exercício de 2012, consolidando apenas as receitas da Controlada Celg GT, em decorrência da Subsidiária Celg D encontrar-se sobre o controle da Eletrobras desde o dia 24 de abril de 2012, decorrente do acordo de acionistas e assunção da mesma à condição de Controladora das deliberações sociais desta Subsidiária. Desta forma, as receitas consolidadas em 2011 na posição reapresentada correspondem às atividades de geração e transmissão de energia elétrica. A posição reapresentada de 2012 se refere à não adoção da Consolidação proporcional pela Controlada Celg GT em relação à sua participação na Energética Corumbá III. Em 2013, tanto as Outras Receitas, quanto o Resultado Financeiro se referem aos efeitos oriundos da Indenização dos Ativos de Transmissão alocados após 31.05.2000 na Controlada Celg GT, objeto dos reflexos da MP 579/2012.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais	
--	--

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida – RAP das atividades de Transmissão; b) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros; c) diminuição nos encargos com dívidas, decorrente da assunção de dívida efetuado pelo Estado, acerca do empréstimo no valor de R\$1,9 bilhão efetuado em setembro/2014; e d) reconhecimento pontual da receita com a indenização dos ativos de transmissão da RBSE/RPC.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida – RAP das atividades de Transmissão; b) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros; e c) aumento nos encargos com dívidas, decorrente da imputação dos juros sobre o empréstimo no valor de R\$1,9 bilhão efetuado em setembro/2014.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros; e b) aumento nos encargos com dívidas, decorrente da imputação dos juros sobre o empréstimo no valor de R\$1,9 bilhão efetuado em setembro/2014.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013 e 2012

A Administração da Celgpar efetuou as intervenções cabíveis no exercício de 2013, por conta dos impactos advindos da Medida Provisória nº. 579/2012 relacionadas às atividades de geração e transmissão de energia elétrica e, por sua vez, de forma conjunta à Administração da Celg D no que concerne às atividades de distribuição de energia elétrica.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016, 2015 e 2014

Não aplicável para os itens concernentes a taxas de câmbio e introdução de novos produtos e serviços. No que concerne às variações de receitas vinculadas à alterações de volumes e inflação, as receitas da Controlada acompanham estas variações à medida da incorporação de novas Receitas Anuais Permitidas (novos investimentos e reforços de sistema), para as atividades de geração e transmissão.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2016, 2015 e 2014

Os principais fatores e condições que afetam a receita e resultados operacionais são analisados a seguir:

Inflação

A situação financeira e o resultado das operações da Controlada Celg GT são afetados pela inflação, uma vez que as receitas, apesar de não serem diretamente indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA), tem a tendência a serem atreladas à variação destes índices, assim como os custos operacionais. Aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento.

Concernente à Controlada Celg GT, as receitas operacionais estão atreladas diretamente ao nível de investimentos em reforços e ampliações da Rede Básica, em processo de readequação após a edição da MP 579/2012.

Taxa de Câmbio

Possibilidade de a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra tal risco. A Celg GT não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira.

Taxa de Juros

Com relação à Celgpar, observa-se que o maior montante de sua dívida com terceiros concentrava-se em operação de crédito interno, à taxa anual pré-fixada de 6,5%, não indexada (ver item 10.1.f).

Com relação à Controlada Celg GT, observou-se no ano de 2015 os efeitos da troca de sua dívida mais onerosa, vinculada anteriormente a instrumento financeiro com a Celg D, por dívida não onerosa com a Celgpar, visto a Controladora ter efetuado o pagamento desta dívida para com a Celg D, passando a ser, por sua vez, credora da Celg GT. Esta operação, para a Celg GT, diminuiu o montante de juros indexados pelo IGPM + 12% a.a., para instrumento financeiro não oneroso, que foi capitalizado pela Celgpar em 2016.

10.3 Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo causaram ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:	
--	--

a. introdução ou alienação de segmento operacional	
---	--

A Companhia e sua Controlada não sofreram quaisquer alterações nas atividades operacionais nos três últimos exercícios sociais.	
---	--

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária	
---	--

A Lei 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória n.º 559, de 2 de março de 2012, autorizou a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação societária da Celg Distribuição S.A. – Celg D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto.

Em 26 de agosto de 2014 foi assinada a Promessa de Compra e Venda de Ações entre as partes envolvidas (Estado de Goiás, Celgpar, Celg D e Eletrobras), tendo sido aprovado, posteriormente, no âmbito das Assembleias Gerais de Acionistas da Celgpar e da Eletrobras, a aquisição, pela Eletrobras, de até 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias de emissão da Celg D, fatos estes devidamente comunicados ao Mercado. Este processo de aquisição, incluindo todos os prazos legais para o exercício de direito de preferência, pelos acionistas da Celgpar, sob as ações da Celg D, foi cumprido e encerrado no dia 24 de novembro de 2014. Neste sentido, a Eletrobras adquiriu 76.761.267 (setenta e seis milhões, setecentas e sessenta e uma mil, duzentas e sessenta e sete) ações ordinárias da Celg D, correspondente a 50,93% (cinquenta inteiros, e noventa e três centésimos por cento) do capital social, sendo que o pagamento por esta aquisição se concretizou no dia 27 de janeiro de 2015. Os demais acionistas da Celgpar, no exercício de direito de preferência, adquiriram o restante das ações ordinárias da Celg D.

Ainda com relação à Celg D ocorreu, em maio de 2015, e por determinação da União, a inclusão desta no Programa Nacional de Desestatização – PND, sendo que as tratativas da desestatização culminaram com a realização do leilão das ações em 30 de novembro de 2016, sob a coordenação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A Celgpar possuía cláusula de pacto de venda conjunta da sua participação acionária na Celg D e, por decisão de seus acionistas decidiu alienar conjuntamente à Eletrobras a totalidade de suas ações ordinárias, processo este que teve a sua liquidação financeira em 14 de fevereiro de 2017, passando o controle da Celg D à empresa Enel Brasil S.A.

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais que foram refletidas nas demonstrações financeiras nos três últimos exercícios sociais.

10.4 Comentários dos diretores sobre:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não ocorreram quaisquer mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício social de 2016.

Assevera-se que a Instrução CVM nº. 457, de 13 de julho de 2007, estipulou em seu art. 1º a obrigatoriedade, por parte das Companhias Abertas, da apresentação a partir do exercício social findo em 2010 das Demonstrações Contábeis Consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). A referida Instrução foi alterada pela Instrução CVM nº. 485, de 1º de setembro de 2010, que obrigaram as Companhias Abertas a elaborarem suas Demonstrações Contábeis Consolidadas com base nos pronunciamentos contábeis do CPC que se encontram, comparativamente aos exercícios sociais de 2015 e 2014, consoantes ao padrão contábil internacional.

Em relação às alterações vinculadas ao processo de convergência ao IFRS, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Celgpar estão em conformidade com o padrão internacional de contabilidade estipulado pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Ver item 10.4.a.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ênfases

Ajuste de exercício anterior

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas nº. 09 e nº. 22, a Companhia registrou ajustes de exercício anterior relativo à créditos fiscais no montante de R\$ 1.455 mil, equivalência patrimonial no montante de R\$ 1.657 mil, imobilizado no montante de R\$ 98 mil, intangível no montante de R\$ 9 mil, e, tributos a pagar no montante de R\$ 145 mil, totalizando R\$ 3.074 mil (livre de impostos), que gerou a reapresentação dos valores de 31 de dezembro de 2015. A Companhia também optou por reclassificar pequenos valores imateriais no saldo comparativo de 31 de dezembro de 2015 para fins de melhor comparabilidade entre os saldos demonstrados. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Passivo a descoberto

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, a Companhia, está com um passivo a descoberto no montante de R\$(1.900.926) mil, dependerá da capacidade de realização de seus ativos e seus investimentos em valores suficientes para cobrir as obrigações circulantes e não circulantes. A Companhia detém para o saneamento parcial da situação de passivo a descoberto junto ao estado de Goiás referente a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, que totalizaram em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$1.422.416 mil. Adicionalmente, destacamos que o saldo do passivo a descoberto da Companhia totaliza o montante de R\$ 478.210 mil, se houver a integralização do AFAC. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Comentários da Administração:

O destaque dado pelos Auditores diz respeito principalmente aos ajustes de exercícios anteriores, que foram efetuados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Com relação à situação de passivo a descoberto, a Administração entende que esta chegou em patamares mais equacionáveis, em função do resultado do exercício de 2016, e por sua vez, a possibilidade de capitalização do AFAC e dos créditos que o controlador Estado de Goiás detém junto à companhia, para futuro aumento de capital.

10.5 Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

A administração da Celgpar apresentará abaixo apenas as políticas contábeis críticas adotadas, com a respectiva exposição de motivos pela sua adoção, já que estas, na hipótese de alteração de práticas, poderia a levar a alterações contábeis relevantes.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada Celg GT. A administração da Celgpar entende ser os critérios adequados e respectivamente aderentes à legislação societária e fiscal e, por sua vez, aderentes ao previsto pelo regulador do serviço público de energia elétrica. Eventuais descolamentos destas provisões podem acarretar alterações contábeis, porém observa-se a constituição desta provisão com base em critérios sustentáveis por parte da Controlada.

Ativo Financeiro – Bens da Concessão de Transmissão

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por se tratar de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da ITG 01 – Contratos de Concessão e da CTG 05 – Contratos de Concessão. Estão incluídos nesta rubrica o montante ainda não indenizado dos ativos de transmissão vinculados ao Contrato de Concessão 63/2001, que entraram em operação até 31 de maio de 2000, já com a definição, pelo poder concedente, do respectivo valor indenizável.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças intertemporais são reconhecidos e fundamentados em garantias de sua realização em decorrência de obrigações fiscais diferidas de mesma natureza, lançados no resultado do exercício. Nos próximos exercícios sociais poderão ocorrer as premissas previstas na Instrução CVM nº 371/2002 e, neste sentido, tanto a Celgpar quanto a Controlada podem passar e reconhecer ativo fiscal diferido em quantidade superior às obrigações fiscais de mesma natureza.

Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das Demonstrações Financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar e Controlada. Neste sentido e por conta das orientações da NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as empresas registraram provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

10.6 Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los de maneira contínua.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve deficiências e recomendações no relatório do auditor independente.

10.7 Comentários dos Diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não mantemos qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades, cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as nossas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos nossos resultados ou em nossa condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em nossas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.9 Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

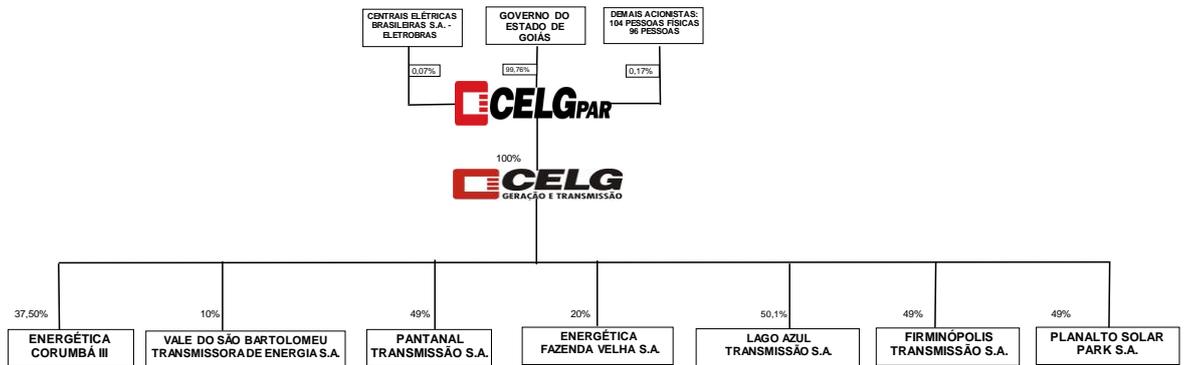
10.10 Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a. investimentos, incluindo:

i - descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os comentários abaixo se referem à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. Celg GT:

A Controlada CELG Geração e Transmissão S.A – CELG GT foi criada após a cisão das atividades de Distribuição, Geração e Transmissão, determinada pelo Poder Concedente através da Lei nº. 10.848/2004. A Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGP PAR, sendo a atual composição acionária a seguinte:



Atualmente, a Controlada CELG GT possui participação em duas Sociedades na área de Geração (Corumbá III e Energética Fazenda Velha), além de participar de 27 projetos de geração a partir de fonte hidrelétrica. Participa, ainda, de quatro sociedades de propósito específico – SPE (“SPE”) já constituídas no segmento de Transmissão (Vale do São Bartolomeu Transmissora, Pantanal Transmissão, Lago Azul Transmissão e Firminópolis Transmissão) e de uma SPE no segmento de Geração Fotovoltaica (planta de 5MW) em fase pré-operacional denominada Planalto Solar Park S.A., a ser implantada na Subestação Planalto, no município de Morrinhos – GO.

No encerramento do exercício social de 2016, em decorrência do Contrato de Concessão Corporativo de Transmissão nº 063/2001, a Controlada CELG GT detinha 744,7 km de Linhas de Transmissão situadas no Estado de Goiás.

Além das Linhas de Transmissão, a Controlada CELG GT opera e mantém 12 subestações, as quais possuem atualmente capacidade instalada de 2.583,4 MVA.

De forma complementar, a Controlada Celg GT possui mais dois Contratos de Concessão Corporativos de Transmissão, de números 03/2015 e 04/2016, referente a implantação de Linha de Transmissão 230KV de 11km (LT Itumbiara-Paranaíba), e implantação de Compensador Estático de 300MVA na SE Luziânia, respectivamente.

Em razão dos novos Contratos de Concessão 003/2015 e 004/2016, e também das Resoluções Autorizativas decorrentes do Contrato de Concessão 063/2001, a Controlada Celg GT deverá acrescentar, após a entrada em operação destes investimentos, à sua Receita Anual Permitida – RAP, mais R\$ 55,07 milhões nos próximos três anos, conforme quadro discriminativo de investimentos abaixo apresentado.

	REA OU CONTRATO DE CONCESSÃO	EDIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	INVEST. AUTORIZ. <small>(R\$ EM MILHÕES)</small>	REALIZ <small>(R\$ EM MILHÕES)</small>	RAP ATO LEGAL <small>(R\$ EM MILHÕES)</small>	RAP ATUALIZ. <small>(31.12.16)</small>	ENTRADA EM OPERAÇÃO PREVISTA <small>(ATUALIZADA)</small>
1	REA 3217/2011	SE Itapaci	Itapaci/GO	4,84	3,68	0,71	3,37	05/03/2017
2	REA 3170/2011	SE Carajás	Goiânia/GO	4,47	2,90	0,70	0,88	16/04/2017
3	REA 3914/2013	SE Itapaci	Itapaci/GO	5,19	2,36	0,89	1,22	12/03/2017
4	REA 4417/2013	SE Goiânia Leste	Goiânia/GO	9,65	0,36	1,51	1,94	21/11/2017
5	REA 4891/2014*	SE Anhanguera	Aparecida de Goiânia/GO	10,32	1,39	1,64	1,98	27/01/2019
6	REA 4891/2014*	SE Palmeiras	Palmeiras de Goiás/GO	9,15	0,23	1,44	1,74	26/03/2019
7	REA 4891/2014*	SE Xavantes	Goiânia/GO	15,54	1,18	2,41	2,92	17/02/2019
8	REA 4891/2014*	SE Paranaíba	Itumbiara/GO	13,44	0,23	2,15	2,60	03/10/2018
9	REA 5444/2015	SE Anhanguera	Aparecida de Goiânia/GO	35,9	3,84	5,51	6,14	15/04/2018
10	REA 5444/2015	SE Planalto	Morrinhos/GO	20,83	0,45	3,57	3,79	03/11/2018
11	REA 5444/2015	SE Firminópolis	Firminópolis/GO	22,56	1,18	3,36	3,98	21/04/2019
12	REA 5484/2015	SE Carajás	Goiânia/GO	0,4	0	-	-	30/04/2017
13	REA 5484/2015	SE Goiânia Leste	Goiânia/GO	0,95	0	-	-	30/03/2017
14	REA 5861/2016	Reforços PMI		43,6	0	-	-	07/12/2018
15	CONTRATO 003/2015	LT Itumbiara- Paranaíba	Itumbiara/GO e Araporã/MG	17,3	6,36	1,64	1,97	30/03/2018
16	CONTRATO 004/2016	SE Luziânia	Luziânia/GO	94,71	16,64	17,85	22,42	20/11/2018
TOTAL				308,85	40,80	43,38	55,07	

Além deste montante em investimentos corporativos, constam em andamento os seguintes investimentos, efetuados em parceria pela Controlada Celg GT mediante a constituição de SPE:

SPE	Investimento em andamento Total	Participação da Controlada CELG GT
Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia S.A.	R\$ 316,424 milhões	10%
Pantanal Transmissão S.A. (REA 5722/2016)	R\$ 17,960 milhões	49%
Firminópolis Transmissão S.A.	R\$ 43,556 milhões	49%

Desta forma, observa-se a seguinte situação das SPE constantes do quadro societário da Celg GT:

- Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A.: as suas instalações estão parcialmente em operação (LT 345kV Brasília Sul / Samambaia-DF, sendo que a SE Brasília Leste 500/138/13,8kV já se encontra totalmente instalada, porém depende da LT 500kV Luziânia – Brasília Leste (C1 e C2) para entrar em operação;
- Pantanal Transmissão S.A.: não obstante ter entrado em operação comercial no exercício de 2016, foi emitida nova Resolução Autorizativa para a implantação de um Autotransformador Trifásico, 230/138/13,8kV, 150MVA, na SE Campo Grande 2, com previsão de início da operação comercial em abril de 2018;
- Firminópolis Transmissão S.A.: empreendimento em fase de licenciamento ambiental e tratativas fundiárias, com previsão para início de operação em março de 2019;
- Lago Azul Transmissão S.A.: entrou em operação comercial em 2016;
- Planalto Solar Park S.A.: SPE constituída, tendo sido iniciado os estudos para implantação da planta de 5MW de potência instalada na subestação Planalto, situada em Morrinhos-GO.

A Controlada CELG GT, em função da sua participação no Leilão Aneel nº. 12/2015, detém a concessão da Usina de Rochedo até 04 de janeiro de 2046, conforme Contrato de Concessão nº. 002/2016. Além disso, a empresa continua operando temporariamente a Usina de São Domingos, em atendimento à Portaria nº. 352/2013, emitida pelo Ministério das Minas e Energia - MME.

A Controlada CELG GT detém 15% da energia gerada na UHE Corumbá III, que equivale a 14,2MW médios de Potência Instalada, e 20% da energia a ser gerada na PCH Energética Fazenda Velha, que equivale a 3,3 MW médios de Potência Instalada. Esta última entrou em operação comercial no dia 11 de maio de 2016.

Apresenta-se abaixo, o quadro demonstrativo da Potência Instalada e Garantia Física por Geradora, bem como a respectiva participação da Controlada CELG GT:

Usina	Potência Instalada	Garantia Física MW Médios	Propriedade	Potência Instalada MW Proporc.	Garantia Física MW Médios Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Integral e Compartilhada	16	10		16	10		
UHE São Domingos*	12	7,2	100%	12	7,2	01/01/1991	*
UHE Rochedo	4	3	100%	4	3	18/04/1995	04/01/46
Sociedade de Propósito Específico	111,1	59,8		17,5	9,38		
UHE Corumbá III	96,5	50,9	15%	14,2	7,6	24/10/2009	06/11/36
PIE Fazenda Velha	16,5	8,9	20%	3,3	1,78	11/05/2016	
Total	127,1	69,8		33,5	19,38		

A Controlada CELG GT também participa de 27 projetos de geração a partir de fonte hidrelétrica, das quais seis possuem potência instalada acima de 50MW, e 21 empreendimentos com Potência Instalada projetada abaixo de 50MW. A preços de dezembro de 2016, estes investimentos totais estimados seriam da ordem de R\$643 milhões.

<p>ii - fontes de financiamento dos investimentos</p> <p>As principais fontes de financiamento, no exercício de 2016, concentraram-se em gerações de caixa a partir das atividades operacionais e de investimento, para as atividades de transmissão e geração de energia elétrica. Foi utilizada em larga escala, pela Controlada Celg GT, os recursos em caixa disponíveis das indenizações dos ativos de transmissão da RBNI, oriundos das implicações da MP 579/2012.</p>	
<p>iii - desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p>b. aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p>c. novos produtos e serviços, indicando:</p>	
<p>i - descrição das pesquisas em andamento já divulgadas</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p>ii - montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p>iii - projetos em desenvolvimento já divulgados</p>	

Não aplicável.

iv - montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11 Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.